

Recensões bibliográficas

A recensão bibliográfica intitulada “Desigualdade regional na Península Ibérica. Ensaio Bibliográfico”, da autoria de Carlos Manuel Faísca, foi publicada no presente número 3 da **História – Revista da FLUP** sem se fazer acompanhar das respetivas notas de rodapé. Neste sentido, pretendemos corrigir esse erro tipográfico, reeditando o texto do autor com as notas convertidas em notas de fim. Saliente-se que, por imperativos da paginação já atribuída, duas páginas do documento não se encontram numeradas.

Desigualdade regional na Península Ibérica. Ensaio Bibliográfico.

Artigos discutidos neste ensaio:

Maria Eugénia Mata, “As bees attracted to honey Transport and job mobility in Portugal, 1890–1950”, *Journal of Transport History* (vol. 29, nº2, 2008), 173-192.

Luís Espinha da Silveira; Daniel Alves; Nuno Miguel Lima; Josep Puig-Farré, “Caminho de ferro, População e Desigualdades Territoriais em Portugal, 1801-1930”, *Ler História* (nº 61, 2011), 7-37.

Marc Badia-Miró; Jordi Guilera; Pedro Lains, “Regional Incomes in Portugal: Industrialisation, Integration and Inequality, 1890-1980”, *Revista de Historia Económica / Journal of Iberian and Latin American Economic History* (vol. 30, nº2, 2012), 225-244.

Daniel Tirado; Marc Badia-Miró, “Economic integration and regional inequality in Iberia (1900-2000): a geographical approach”, *Working Papers in Economic History, Universidad Carlos III, Departamento de Historia Económica e Instituciones* (nº 12-03, 2012), 1-29 (disponível em http://e-archivo.uc3m.es/bitstream/10016/13688/1/wp_12-03.pdf - consultado em 30/11/2012).

A Economia está profundamente marcada por desigualdades. São disso exemplos, quer a desigualdade económica social que atinge indivíduos que partilham um espaço comum, quer a desigualdade económica espacial cujas consequências se materializam na existência de diferentes espaços geográficos com economias em distintos estados de desenvolvimento. Compreende-se então que um dos principais temas da História Económica seja precisamente a aferição dos motivos por detrás destas desigualdades e, ao mesmo tempo, a demonstração dos possíveis caminhos que estiveram à disposição de cada economia, sobretudo aqueles que poderiam ter levado a que as economias menos desenvolvidas tivessem obtido um maior sucesso. É por esta razão que se continuam a analisar constantemente as causas pelas quais algumas partes do mundo, alguns países ou, inclusivamente, algumas regiões se desenvolveram e outras permaneceram mais atrasadas¹.

A Península Ibérica, através da análise das economias dos seus dois estados, isto é, Portugal e Espanha, conta com diversos estudos não só sobre os períodos da sua divergência em relação às economias mais desenvolvidas, mas também sobre os de convergência². No entanto, até há bem pouco tempo escasseavam os trabalhos de âmbito mais regional, ou seja, a investigação da desigualdade regional dentro de cada uma destas economias e, sobretudo, a explicação das suas causas.

Ora, os quatro artigos que aqui se discutem vêm precisamente colmatar esta lacuna, já que cada um deles incide na temática da desigualdade regional, seja analisando desigualdades demográficas³, seja determinando a distribuição espacial do setor indus-

trial⁴ ou aferindo a desigualdade de rendimento *per capita*, medido, em ambos os casos, através do PIB *per capita*⁵.

O assunto torna-se especialmente pertinente tanto pela sua relativa originalidade no campo da Historiografia Económica nacional e ibérica, como porque à desigualdade económica regional da Península Ibérica – e de outros países Mediterrânicos – está também associado um processo de desertificação física e humana das regiões do interior, que tem recebido bastante atenção por parte da “opinião pública”⁶. Por outro lado, tem sido reconhecida a fulcral importância da análise histórica no desenvolvimento económico regional⁷.

Todos estes trabalhos acabam por ter âmbitos cronológicos relativamente coincidentes, que se situam nos últimos cento e cinquenta a duzentos anos, com o início da industrialização do espaço português⁸, estendendo-se, já com um âmbito mais ibérico, até ao final do século XX⁹. Neste aspeto, apenas Silveira recua ao início do século XIX¹⁰ como forma de observar as dinâmicas populacionais antes da abertura da primeira ferrovia portuguesa¹¹.

Independentemente do seu sucesso ou insucesso relativo, que aliás, como seria de esperar, variou consoante as épocas, foi precisamente durante este último século e meio que, quer a economia portuguesa, quer a espanhola, conheceram o impacto do “crescimento económico moderno”. Ou seja, para além das implicações deste nas estruturas demográficas, na produtividade e no rendimento *per capita*, entre outros aspetos, as economias portuguesa e espanhola, embora tardiamente pelos padrões europeus, conheceram uma transição estrutural no sentido da sua industrialização e urbanização¹². Foi também neste período que se foram formando os espaços económicos nacionais, com a integração dos diversos mercados regionais num único mercado nacional¹³, bem como se assistiu à inclusão das economias ibéricas no movimento da “primeira globalização”¹⁴. Assim, as diversas regiões passaram a estar muito mais dependentes e interligadas entre si, mas também com os espaços económicos internacionais, não obstante o forte protecionismo que ambas as economias conheceram, à semelhança das demais economias “ocidentais”, sobretudo entre as duas guerras mundiais¹⁵ e estendendo-se, na Península Ibérica, aos anos de 1950¹⁶. Tratou-se, portanto, de um período sujeito a fortes transformações económicas cujas repercussões regionais estavam, em grande medida, até agora, por avaliar.

Antes de uma análise mais detalhada, é obrigatório referir que os quatro trabalhos apresentam, de uma forma geral, uma concordância de conclusões. Assim, a distribuição desigual das populações era algo, aparentemente, já presente em meados do século XIX¹⁷. Contudo, devido ao processo de crescente integração dos mercados nacionais, onde o efeito causal do desenvolvimento de uma rede de transportes terrestres foi assinalável, existiu uma tendência de agravamento da desigualdade, não só das dinâmicas populacionais, mas também da localização da indústria, do produto industrial e do produto económico no sentido da litoralização da Península Ibérica¹⁸. Esta tendência apenas se atenuou de forma ligeira na primeira fase da integração total das economias ibéricas no espaço europeu¹⁹.

Outro aspeto comum a assinalar é o paralelismo com que estes processos se desenvolveram em Espanha e em Portugal, não tendo as fronteiras políticas desempenha-

do um papel relevante neste processo, pelo que atualmente se assiste a um padrão comum de desigualdade: as regiões do interior e, sobretudo, as regiões do interior sul são as mais pobres e despovoadas, enquanto é nas regiões costeiras, com a exceção de Madrid, que se concentra o grosso da atividade económica e da concentração das populações. Aliás, as regiões portuguesas e espanholas desta “periferia peninsular” partilham, frequentemente, o espaço fronteiriço entre si. É o caso, por exemplo, do Alentejo e da Beira Baixa com a Extremadura e a Andaluzia, ou de Trás-os-Montes com Castela e Leão. Parece então que, tal como assinalou Krugman²⁰, as grandes regiões têm um significado económico maior do que os estados-nação, moldados por fronteiras políticas.

Para além de conclusões semelhantes, os diversos autores convergem, de uma forma geral, em justificações análogas, que se encaixam nos modelos desenvolvidos por Krugman sobre economia geográfica²¹, como aliás os próprios autores reconhecem²². A formação de economias de aglomeração nas regiões litorais através de um forte padrão de especialização regional – parece ter existido, nas regiões do litoral, uma especialização nos setores industriais mais produtivos²³ –, potenciadas sobretudo pela queda dos custos de transporte, parece ser a chave deste problema²⁴. Estas economias de aglomeração situadas no litoral ibérico em torno de um conjunto reduzido de zonas urbanas, tornaram aquelas regiões ainda mais produtivas e geradoras de maiores rendimentos e, conseqüentemente, mais atrativas para a fixação de indústrias, bem como de populações em busca de melhores oportunidades de emprego e de melhores condições económicas de bem-estar. Simultaneamente, com a aglomeração de indústrias e mão-de-obra nessas regiões, formou-se um círculo virtuoso (ou vicioso?) cujas conseqüências foram, precisamente, o aparecimento de grandes zonas urbanas rodeadas de áreas rurais que sofreram uma enorme migração das suas populações para as cidades. Esta ideia é aliás reforçada quando, no caso português, são analisadas as migrações internas, concluindo-se que os principais centros urbanos do litoral e, dentro destes, as cidades de Lisboa e Porto, concentraram a maioria das populações migrantes²⁵.

Embora abordando temáticas análogas e recorrendo, por vezes, aos mesmos métodos, existem algumas particularidades em cada um destes trabalhos que devem ser salientadas. Assim, se dois deles²⁶ partem de problemas semelhantes – a análise da evolução do PIB *per capita* regional –, residindo a principal diferença na amplitude geográfica do objeto de estudo (o espaço português no primeiro caso e o conjunto peninsular no segundo), e utilizam essencialmente os mesmos métodos – a análise cliométrica a partir da construção de uma estimativa do PIB regional –, os outros artigos oferecem algumas diferenças mais substanciais. Desde logo, Eugénia Mata²⁷ abraça um problema diferente, o impacto do desenvolvimento dos transportes na localização da indústria portuguesa, embora recorra também à análise cliométrica, neste caso através de uma base de dados com a distribuição do emprego industrial português²⁸.

Neste panorama, talvez o artigo de Silveira²⁹ se apresente como o mais distinto relativamente ao método utilizado. Estes autores, cujo texto se situa no âmbito da História Espacial, recorrem a um Sistema de Informação Geográfica (SIG) para procurar aferir as repercussões do acesso ao caminho de ferro na evolução da população, das cidades e das migrações internas em Portugal continental, numa perspetiva regional. Ao que tudo indica, a ligação de uma base de dados ao SIG possibilitou que se ultrapassassem

os problemas decorrentes da existência de descontinuidades históricas administrativas na reconstrução de unidades territoriais que assim se tornaram historicamente comparáveis. Este problema também se colocou a Tirado e Badia-Miró³⁰, quando estes procuraram transferir o PIB das atuais NUTS³¹ III portuguesas para os extintos distritos administrativos, tendo os autores simplesmente distribuído o PIB de cada NUTS III pelos seus municípios de acordo com a população destes para, posteriormente, o recolocarem no distrito em que cada um desses municípios se localizou. No entanto, este método, ao repartir o PIB regional exclusivamente de acordo com a respetiva população de cada município, acaba por implicitamente considerar que o PIB *per capita* de todos os municípios de uma NUTS III seria igual, o que pode ser considerado um pouco incongruente num estudo que assinala precisamente a existência de diferenças de PIB *per capita* em espaços geográficos relativamente reduzidos.

Nos dois artigos com uma cronologia mais recuada³², que abrangem grande parte ou a totalidade do século XIX e terminam em meados do século XX, encontramos uma análise mais pormenorizada do impacto que o desenvolvimento dos transportes e, especialmente, que os caminhos de ferro terão tido na dinâmica populacional e na localização industrial portuguesa. Embora a construção de uma rede ferroviária tenha, de uma forma geral, contribuído para o desenvolvimento populacional das freguesias e concelhos que beneficiaram com esta acessibilidade, este padrão não se aplicou a todos os casos³³. Justamente em algumas regiões do interior, especialmente no Norte de Portugal, o efeito foi precisamente o contrário. Ou seja, a maior mobilidade permitiu que as populações migrassem para os principais centros económicos portugueses onde, como demonstra Eugénia Mata³⁴, podiam obter com maior facilidade emprego nos setores mais produtivos da economia portuguesa, como era o caso do sector industrial. Por outro lado, a construção da rede ferroviária obedeceu, com algumas exceções por motivos de ligação internacional ao país vizinho, à lógica populacional pré-existente, já marcada por uma certa dicotomia interior/litoral, tendo contribuído para o seu agravamento. Existiu então, com o desenvolvimento dos transportes, um processo de transferência de populações do interior para o litoral³⁵, tendo deslocalizado grande parte da indústria no mesmo sentido³⁶.

Este último fator torna-se particularmente significativo se atendermos ao facto que a localização industrial é um dos parâmetros mais importantes para o desenvolvimento económico e responsável pela fixação de populações, devido à especial capacidade dinamizadora do conjunto da economia que supõe uma atividade deste tipo. É, portanto, bastante comum identificar-se industrialização com desenvolvimento económico e carência de indústria com atraso. Assim, com poucas exceções, não existem países ou regiões desenvolvidos que não se destaquem pela dimensão e produtividade do seu setor industrial³⁷.

Os restantes dois artigos³⁸ completam este quadro em termos cronológicos, já que a sua análise se situa essencialmente no século XX, estendendo-se até ao final da centúria de novecentos. Completam também o quadro da desigualdade, reforçando as ideias anteriores, ou seja, o aumento da desigualdade regional, agora medida, em ambos os casos, em termos do PIB *per capita* de cada região. Contudo, este crescimento da desigualdade de rendimento, ao longo do século XX, não foi constante, tendo conhecido

um ligeiro abrandamento durante a consolidação do espaço económico nacional e o início da abertura europeia³⁹, nas décadas de 1970 e 1980, devido principalmente à expansão do setor dos serviços⁴⁰, pelo menos na economia portuguesa. Assim, esta evolução pode ser representada graficamente como um “U” invertido⁴¹.

Por último, é assinalado que este padrão de desigualdade, crescente numa primeira fase e que posteriormente se atenua, não é um fenómeno estritamente ibérico, pois foi identificado para várias regiões europeias⁴². Existiu, todavia, um hiato temporal entre a desigualdade regional ibérica e a desigualdade regional europeia. Este é explicado, para o caso português, com o intervalo relativamente coincidente entre o surgimento na economia portuguesa das causas já referenciadas, e que fomentaram esta evolução, e o mesmo processo nas economias europeias.

Embora todos estes estudos tenham apontado para causas e consequências semelhantes, num exemplo de grande concordância académica, este assunto está, naturalmente, muito longe de se esgotar. Aliás, um dos artigos⁴³ termina precisamente com uma enumeração das questões pertinentes que agora se levantam perante o cenário descrito. Desde logo, é necessário um estudo mais aprofundado que permita compreender qual o peso relativo das dotações de cada região, sobretudo em termos de capital físico e humano disponível, e dos já descritos efeitos que os mercados tiveram na formação de todas estas desigualdades.

Contudo, na minha opinião, seria também interessante cruzar as diversas políticas económicas seguidas em Portugal e Espanha, ao longo destes quase duzentos anos, com os padrões, aparentemente bem vinculados, de desigualdade regional. Concretamente, perante a ausência de assimetrias no padrão de desigualdade das economias regionais destes dois estados, parece ser bastante pertinente compreender se, em primeiro lugar, foram seguidas políticas económicas semelhantes com resultados também eles iguais ou se, por outro lado, a opção por políticas económicas divergentes acabou por ter consequências idênticas. Este exercício poderia levar a um maior conhecimento do papel da política económica no processo de litoralização ibérica e, sobretudo, permitir compreender se com uma política económica diferente teria sido (ou será) possível inverter esta situação (caso isso seja realmente desejável), ou se ela se apresenta como uma inevitabilidade do crescimento económico moderno, com a qual temos de lidar. Por outro lado, a existência, em Espanha, de uma região de interior com uma elevada densidade populacional e PIB *per capita*, Madrid – uma exceção que Badia-Miró, Guilera e Lains talvez pudessem ter explorado mais exaustivamente⁴⁴ –, sugere que determinadas políticas podem ter como consequência a criação de regiões economicamente desenvolvidas longe do litoral, bem como as menores desigualdades regionais verificadas em outros países europeus como, por exemplo, França.

Esta problemática é brevemente abordada por Miró, Guilera e Lains⁴⁵, quando procuram compreender, de uma forma mais minuciosa, as causas da desigualdade. Ora, segundo aqueles autores, esta deveu-se, em Portugal, à especialização de determinadas regiões em indústrias e/ou setores menos produtivos ou, por outro lado, a reduzidos níveis de produtividade em regiões cujas especializações produtivas coincidiram com os setores de maior sucesso económico. Assim, as soluções apontadas são relativamente

óbvias, isto é, a promoção de uma alteração estrutural no primeiro caso, e o aumento da produtividade no segundo.

Sabe-se, porém, que as políticas relativas ao comércio internacional foram cronologicamente semelhantes nos dois estados, desde as últimas décadas do século XIX – protecionismo até finais dos anos de 1950, seguido de uma maior abertura até à atualidade⁴⁶ –, sem que aparentemente estas mudanças tenham alterado a evolução dos padrões de desigualdade. Sobre este aspeto, é argumentado que a abertura aos mercados internacionais favorece a desigualdade regional nos primeiros estádios da industrialização, a que se segue uma quebra na desigualdade devido ao crescimento dos custos de congestionamento⁴⁷. No entanto, a desigualdade continuou a crescer mesmo nos períodos de maior autarcia, não se aludindo se teoricamente tal seria ou não expectável. O que significa que o impacto da desintegração económica internacional talvez fosse mecedor de um maior aprofundamento. Acresce ainda que existe, neste ponto, alguma divergência sobre a forma como a desigualdade evoluiu nas décadas de 1940 e 1950, marcadas pela autarcia na Península Ibérica, já que um dos artigos aponta para o seu decréscimo⁴⁸, enquanto outro refere o processo do seu crescimento contínuo⁴⁹.

Por último, existindo unanimidade na quebra da desigualdade regional nas últimas duas décadas do século XX, seria pertinente tentar compreender porque é que, ainda assim, nas regiões do interior o processo de desertificação humana, em termos relativos e absolutos, manteve a sua marcha até agora imparável.

Carlos Manuel Fáisca (ICS/UL)

¹ Santiago Zapata Blanco, “Corcho extremeño y andaluz, taponos gerundenses”, *Revista de Historia Industrial* (nº 10, 1996), 38.

² Veja-se, por exemplo, Jordi Nadal, *El fracasso de la Revolución Industrial en España*. (Barcelona: Ariel, 1982); Jaime Reis, *O atraso económico português em perspectiva histórica: estudos sobre a economia portuguesa na segunda metade do século XIX, 1850-1930*. (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993); Luciano Amaral, “Convergência e crescimento económico em Portugal no pós-guerra”, *Análise Social* (vol. 33, nº 148, 1998), 741-776; Pedro Lains, *Os progressos do atraso: uma nova História Económica de Portugal, 1842-1942*. (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003); José Maria Serrano Sanz; Eva Pardos, “Los años de crecimiento del Franquismo (1959-1975)” in *História Económica de España: siglos X-XX*, ed. Francisco Comín; Mauro Hernández; Enrique Llopis (Barcelona: Crítica, 2005).

³ Luís Espinha da Silveira; Daniel Alves; Nuno Miguel Lima; Josep Puig-Farré, “Caminho de ferro, População e Desigualdades Territoriais em Portugal, 1801-1930”, *Ler História* (nº 61, 2011), 7-37.

⁴ Maria Eugénia Mata, “As bees attracted to honey Transport and job mobility in Portugal, 1890-1950”, *Journal of Transport History* (vol. 29, nº2, 2008), 173-192.

⁵ Marc Badia-Miró; Jordi Guilera; Pedro Lains, “Regional Incomes in Portugal: Industrialisation, Integration and Inequality, 1890-1980”, *Revista de Historia Económica / Journal of Iberian and Latin American Economic History* (vol. 30, nº2, 2012), 225-244; Daniel Tirado; Marc Badia-Miró, “Economic integration and regional inequality in Iberia (1900-2000): a geographical approach”, *Working Papers in Economic History, Universidad Carlos III, Departamento de Historia Económica e Instituciones* (nº 12-03, 2012), 1-29 (disponível em http://e-archivo.uc3m.es/bitstream/10016/13688/1/wp_12-03.pdf - consultado em 30/11/2012).

⁶ Bruno Miguel Almeida Neves, “A percepção do termo desertificação na comunicação social, na política e na sociedade em geral, em Portugal” (Diss. Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2010).

-
- ⁷ Ron Martin; Peter Sunley, “Paul Krugman’s Geographical Economics and Its Implications for Regional Development Theory: A Critical Assessment”, *Economic Geography* (vol. 72, nº 3, 1996), 259-292.
- ⁸ Maria Eugénia Mata, “As bees attracted to honey Transport and job mobility in Portugal, 1890–1950”; Luís Espinha da Silveira; Daniel Alves; Nuno Miguel Lima; Josep Puig-Farré, “Caminho de ferro, População e Desigualdades Territoriais em Portugal, 1801-1930”.
- ⁹ Marc Badia-Miró; Jordi Guilera; Pedro Lains, “Regional Incomes in Portugal: Industrialisation, Integration and Inequality, 1890-1980”; Daniel Tirado; Marc Badia-Miró, “Economic integration and regional inequality in Iberia (1900-2000): a geographical approach”.
- ¹⁰ Luís Espinha da Silveira; Daniel Alves; Nuno Miguel Lima; Josep Puig-Farré, “Caminho de ferro, População e Desigualdades Territoriais em Portugal, 1801-1930”.
- ¹¹ *Ibidem*, 8.
- ¹² Pedro Lains, *Os progressos do atraso: uma nova História Económica de Portugal, 1842-1942*; José Maria Serrano Sanz; Eva Pardos, “Los años de crecimiento del Franquismo (1959-1975)”, 378-379.
- ¹³ Daniel Tirado; Marc Badia-Miró, “Economic integration and regional inequality in Iberia (1900-2000): a geographical approach”, 6-7.
- ¹⁴ Kevin O’Rourke; Jeffrey Williamson, *Globalization and history: the evolution of a nineteenth-century Atlantic economy* (Cambridge, Mass.: MIT Press, 1999).
- ¹⁵ Stephen Broadberry; Kevin O’Rourke, *The Cambridge economic history of modern Europe*, (New York: Cambridge University Press, 2010), 6-29.
- ¹⁶ Pedro Lains, *Os progressos do atraso: uma nova História Económica de Portugal, 1842-1942*, 170-183; José Maria Serrano Sanz; Eva Pardos, “Los años de crecimiento del Franquismo (1959-1975)”, 369.
- ¹⁷ Luís Espinha da Silveira; Daniel Alves; Nuno Miguel Lima; Josep Puig-Farré, “Caminho de ferro, População e Desigualdades Territoriais em Portugal, 1801-1930”, 8.
- ¹⁸ Maria Eugénia Mata, “As bees attracted to honey Transport and job mobility in Portugal, 1890–1950”; Marc Badia-Miró; Jordi Guilera; Pedro Lains, “Regional Incomes in Portugal: Industrialisation, Integration and Inequality, 1890-1980”; Daniel Tirado; Marc Badia-Miró, “Economic integration and regional inequality in Iberia (1900-2000): a geographical approach”.
- ¹⁹ Marc Badia-Miró; Jordi Guilera; Pedro Lains, “Regional Incomes in Portugal: Industrialisation, Integration and Inequality, 1890-1980”, 226; Daniel Tirado; Marc Badia-Miró, “Economic integration and regional inequality in Iberia (1900-2000): a geographical approach”, 10.
- ²⁰ Paul Krugman, “The current case for industrial policy” in *Protectionism and world welfare*, ed. Dominick Salvatore (Cambridge: Cambridge University Press, 1993), 160-179.
- ²¹ Ron Martin; Peter Sunley, “Paul Krugman’s Geographical Economics and Its Implications for Regional Development Theory: A Critical Assessment”.
- ²² Maria Eugénia Mata, “As bees attracted to honey Transport and job mobility in Portugal, 1890–1950”, 188; Marc Badia-Miró; Jordi Guilera; Pedro Lains, “Regional Incomes in Portugal: Industrialisation, Integration and Inequality, 1890-1980”, 227.
- ²³ Marc Badia-Miró; Jordi Guilera; Pedro Lains, “Regional Incomes in Portugal: Industrialisation, Integration and Inequality, 1890-1980”, 232-236.
- ²⁴ Maria Eugénia Mata, “As bees attracted to honey Transport and job mobility in Portugal, 1890–1950”, 177; Marc Badia-Miró; Jordi Guilera; Pedro Lains, “Regional Incomes in Portugal: Industrialisation, Integration and Inequality, 1890-1980”, 237.
- ²⁵ Luís Espinha da Silveira; Daniel Alves; Nuno Miguel Lima; Josep Puig-Farré, “Caminho de ferro, População e Desigualdades Territoriais em Portugal, 1801-1930”, 31.
- ²⁶ Marc Badia-Miró; Jordi Guilera; Pedro Lains, “Regional Incomes in Portugal: Industrialisation, Integration and Inequality, 1890-1980”; Daniel Tirado; Marc Badia-Miró, “Economic integration and regional inequality in Iberia (1900-2000): a geographical approach”.
- ²⁷ Maria Eugénia Mata, “As bees attracted to honey Transport and job mobility in Portugal, 1890–1950”.
- ²⁸ *Ibidem*, 173.
- ²⁹ Luís Espinha da Silveira; Daniel Alves; Nuno Miguel Lima; Josep Puig-Farré, “Caminho de ferro, População e Desigualdades Territoriais em Portugal, 1801-1930”.

-
- ³⁰ Daniel Tirado; Marc Badia-Miró, “Economic integration and regional inequality in Iberia (1900-2000): a geographical approach”.
- ³¹ NUTS é um acrónimo para Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas que designa as sub-regiões em que, para efeitos estatísticos, se divide o território português.
- ³² Maria Eugénia Mata, “As bees attracted to honey Transport and job mobility in Portugal, 1890–1950”; Luís Espinha da Silveira; Daniel Alves; Nuno Miguel Lima; Josep Puig-Farré, “Caminho de ferro, População e Desigualdades Territoriais em Portugal, 1801-1930”.
- ³³ Luís Espinha da Silveira; Daniel Alves; Nuno Miguel Lima; Josep Puig-Farré, “Caminho de ferro, População e Desigualdades Territoriais em Portugal, 1801-1930”, 15-21.
- ³⁴ Maria Eugénia Mata, “As bees attracted to honey Transport and job mobility in Portugal, 1890–1950”.
- ³⁵ Luís Espinha da Silveira; Daniel Alves; Nuno Miguel Lima; Josep Puig-Farré, “Caminho de ferro, População e Desigualdades Territoriais em Portugal, 1801-1930”.
- ³⁶ Maria Eugénia Mata, “As bees attracted to honey Transport and job mobility in Portugal, 1890–1950”.
- ³⁷ Santiago Zapata Blanco, “Corcho extremeño y andaluz, tapones gerundenses”, 37.
- ³⁸ Marc Badia-Miró; Jordi Guilera; Pedro Lains, “Regional Incomes in Portugal: Industrialisation, Integration and Inequality, 1890-1980”; Daniel Tirado; Marc Badia-Miró, “Economic integration and regional inequality in Iberia (1900-2000): a geographical approach”.
- ³⁹ Marc Badia-Miró; Jordi Guilera; Pedro Lains, “Regional Incomes in Portugal: Industrialisation, Integration and Inequality, 1890-1980”, 226; Daniel Tirado; Marc Badia-Miró, “Economic integration and regional inequality in Iberia (1900-2000): a geographical approach”, 4.
- ⁴⁰ Marc Badia-Miró; Jordi Guilera; Pedro Lains, “Regional Incomes in Portugal: Industrialisation, Integration and Inequality, 1890-1980”, 237.
- ⁴¹ Marc Badia-Miró; Jordi Guilera; Pedro Lains, “Regional Incomes in Portugal: Industrialisation, Integration and Inequality, 1890-1980”, 226; Daniel Tirado; Marc Badia-Miró, “Economic integration and regional inequality in Iberia (1900-2000): a geographical approach”, 4.
- ⁴² Marc Badia-Miró; Jordi Guilera; Pedro Lains, “Regional Incomes in Portugal: Industrialisation, Integration and Inequality, 1890-1980”, 227.
- ⁴³ Daniel Tirado; Marc Badia-Miró, “Economic integration and regional inequality in Iberia (1900-2000): a geographical approach”, 20-21.
- ⁴⁴ Marc Badia-Miró; Jordi Guilera; Pedro Lains, “Regional Incomes in Portugal: Industrialisation, Integration and Inequality, 1890-1980”.
- ⁴⁵ *Ibidem*, 235-236.
- ⁴⁶ Pedro Lains, *Os progressos do atraso: uma nova História Económica de Portugal, 1842-1942*, 169-170; Francisco Comín; Mauro Hernández; Henrike Llopis, *História Económica de España: siglos X-XX* (Barcelona: Crítica, 2005).
- ⁴⁷ Marc Badia-Miró; Jordi Guilera; Pedro Lains, “Regional Incomes in Portugal: Industrialisation, Integration and Inequality, 1890-1980”, 227.
- ⁴⁸ Daniel Tirado; Marc Badia-Miró, “Economic integration and regional inequality in Iberia (1900-2000): a geographical approach”, 10.
- ⁴⁹ Marc Badia-Miró; Jordi Guilera; Pedro Lains, “Regional Incomes in Portugal: Industrialisation, Integration and Inequality, 1890-1980”, 232.

Maria Celeste Natário, Maria Luísa Malato e Delfin Caseiro Nogueiras (pref.), *Teixeira de Pascoaes Vicente Risco (Epistolário)*. (Ourense: Fundación Vicente Risco, 2012 (233 páginas, 10 €).

Em 2012, foi publicado o livro *Teixeira de Pascoaes Vicente Risco (Epistolário)* pela Fundación Vicente Risco, instituição cultural, sediada em Ourense, na região onde nasceu e morreu Vicente Martínez Risco y Agüero (1884-1963). Este intelectual, considerado o «intérprete supremo» do nacionalismo galego¹ é autor de várias obras de referência do galeguismo e da cultura galega como *Teoría do nazionalismo galego* (1918), *O Porco de Pé* (1928) e *El problema político de Galicia* (1930).

O livro em análise constitui mais um contributo para o aprofundamento do conhecimento sobre a vida e o pensamento de Risco, que se destacou na *Irmandade da Fala* e no grupo *Nós*. Estes movimentos culturais tiveram uma forte ligação com Portugal e com os intelectuais portugueses. Especialmente com os que reuniram no norte do país, em torno da revista *A Águia* e do movimento *Renascença Portuguesa*, mas também com o grupo *Seara Nova*, em Lisboa². Esta compilação de cartas contribui para um maior conhecimento do escritor português Teixeira de Pascoaes (1877-1952). Figura controversa e sobejamente estudada, mas que ainda suscita interesse e levanta polémicas entre os seus estudiosos, tal como Risco. Para além disso, o epistolário permite conhecer o relacionamento entre os dois intelectuais. Segundo Eloísa Alvarez, estes intelectuais inauguram o início da correspondência trocada entre Pascoaes e dezenas de intelectuais galegos, durante três décadas.³ A ligação intelectual entre Pascoaes e os intelectuais ibéricos, deve ser entendida pela afinidade política, pelos ideais dos nacionalismos em Espanha. Sendo que, tal como considera Manuel Ferreira Patrício, Pascoaes era «um nacionalista português intransigente» e, portanto, «É, aliás, à luz dos seus mais lídimos sentimentos políticos que se pode entender a sua simpatia para com a Catalunha e para com a Galiza»⁴. A afinidade de Pascoaes com a(s) cultura(s) espanhola(s) revela-se no *Epistolário Ibérico. Cartas de Unamuno e Pascoaes*, publicado em 1986, pela Assírio & Alvim, em Lisboa. Sobre este tema, em 2002, é dado à estampa o profundo estudo de J. M. de Barros Dias, intitulado *Miguel de Unamuno e Teixeira de Pascoaes. Compromissos plenos para a educação dos povos peninsulares*, que analisa as relações entre os dois escritores no contexto ibérico.

O epistolário de Pascoaes e de Risco contou com a participação de Maria Luísa Malato e Maria Celeste Natário (docentes da Universidade do Porto) e com a colaboração de Delfin Caseiro Nogueiras (Catedrático de Língua Galega). Neste âmbito, de cada margem do rio Minho, leram-se as cartas trocadas entre Pascoaes e Risco, e realizaram-

¹ Francisco Bobillo, *Nacionalismo gallego. La ideologia de Vicente Risco* (Madrid, 1981), 10.

² António Ventura, *Estudos Sobre História e Cultura Contemporânea em Portugal* (Lisboa: Caleidoscópio/Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004), 149-173.

³ Eloísa Alvarez, “Risco (Vicente)” in *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*. vol. 25, (Lisboa/São Paulo: Edição Século XXI, 2002), c. 645.

⁴ J. M. de Barros Dias, *Miguel de Unamuno e Teixeira de Pascoaes. Compromissos plenos para a educação dos povos peninsulares* (Lisboa: INCM, 2002), p. 10

se os respectivos estudos introdutórios, assim como a transcrição das cartas, sendo também apresentados os textos originais. Desta forma, permite ao leitor viajar até à intimidade da escrita entre dois escritores, que sentiram uma grande afinidade e que acabaram por desenvolver uma forte amizade, que ficou plasmada nas epístolas. Embora as cartas não contenham assuntos pessoais, e portanto não permitam aceder à esfera da vida privada, é certo que vamos ao encontro das ideias trocadas entre dois intelectuais, que viviam em duas regiões periféricas da Península Ibérica, no período conturbado de entre guerras. Se por um lado, na Galiza se vivia o projecto nacionalista, por outro lado, em Portugal, os intelectuais envolviam-se na construção da I República (1910-1926), cujo regime se revelaria instável, marcado pelas sucessivas crises políticas e sociais, e cujas divergências se agudizam com a I Guerra Mundial (1914-1918), devido à participação nos campos de batalha. Contudo, durante o período republicano existiu uma intensa actividade cultural, onde nasceram vários movimentos como: *Renascença Portuguesa* (1912), o *Integralismo Lusitano* (1914), *Orfeu* (1915) e *Seara Nova* (1921).

As primeiras décadas do século XX foram um período de actividade cultural intensa. Nesse contexto, os intelectuais também se destacaram pelas acções cívicas e políticas desenvolvidas. Durante esta fase, as relações entre os intelectuais do noroeste peninsular intensificaram-se, sobretudo a partir de 1918. De acordo com Pilar Vazquez Cuesta, a partir desse ano, os colaboradores d' *A Águia*, participaram com frequência em publicações literárias como *A Nosa Terra*, *Nós*, *Ronsel* e *Alfar*.⁵ Contudo, as colaborações assistiram a vários constrangimentos advindos do contexto político ibérico. Por um lado, em Portugal ocorre o 28 de Maio de 1926, que trouxe a Ditadura Militar para o poder, por outro lado, em Espanha é proclamada a II República (1931). Desta feita, as relações políticas entre ambos os países alteram-se e as relações culturais contraem-se.

O livro em recensão, escrito em português e em galego, tenta recrear o diálogo entre os dois escritores, contudo, segundo Maria Luísa Malato e Maria Celeste Natário, a correspondência publicada não está completa, faltam documentos, por isso não é possível fazer a leitura dessa forma (p.19). Todavia, o corpus documental produzido entre 1920 e 1927, durante os *loucos anos 20* europeus, permite conhecer a relação dos dois importantes e polémicos intelectuais, que se admiraram mutuamente, deram a conhecer o trabalho um ao outro, trocaram impressões sobre os seus livros e os de outros autores, comentaram, sobretudo, assuntos relativos à vida intelectual da época, que pode ser útil a quem estuda a história social da cultura.

Através deste epistolário é possível conhecer a afinidade que Pascoaes sentia pela Galiza, que para ele tinha como símbolo máximo, Rosália de Castro, que segundo o poeta: «Rosália é uma poetisa assombrosa! A maior depois de Sapho! Morro por ela!» (p. 153). Para além disso, demonstrou um grande interesse pelo movimento nacionalista galego, que para ele estava intimamente relacionado com a *Saudade*, pois representava «o renascimento da *Alma galega*, irmã gémea da Alma lusitana. Falar da Galiza é falar de Portugal. A Saudade é a Virgem tutelar das nossas Pátrias irmãs.» (p. 143).

⁵ Pilar Vazquez Cuesta, "A Correspondência de Vicente Risco com Teixeira de Pascoaes", *Grial* (Tomo 22, n.º 86, 1984), 459.cidade; editora

As cartas trocadas entre Pascoaes e Risco revelam as afinidades, entre dois homens que viveram longe das grandes cidades, com forte ligação à natureza e à ruralidade, que defenderam a tradição, e os valores da pátria e do nacionalismo, assim como a metafísica e o universo da crença religiosa, que ultrapassava as concepções do catolicismo. É importante salientar que esta correspondência foi trocada durante a fase nacionalista do galeguismo (1916-1923), primeiro período das *Irmandades da Fala*, e da actividade do *Seminário de Estudos Galegos*.

De acordo com Delfín Caseiro Nogueiras: «As cartas entre Risco e Teixeira de Pascoaes son valiosos documentos que iluminam os cantos das súas almas creativas e delicadas e que axudan a interpretar as claves profundas dun tempo extraordinário de entusiasmo e fantasia, da “cobiza do lonxe” » (pp. 53-54). De facto, era um momento de mudança, de formulação de esperanças e de projectos futuros. Tal como disse Pascoaes, depois de ler o *Evangelho Galego*: «É o sonho galego cristalizado em formas de acessível realidade: (...). O caminho está aberto. Agora é seguir por ele, marchar para a frente, para o Futuro, onde eu também já descubro a bela Pátria galega, irmã de Portugal; irmã e avó!» (p.157).

A ligação entre Risco e Pascoaes prolonga-se até à morte do poeta do Marão. A 14 de Dezembro de 1952, Risco publicou uma homenagem, na qual afirmou: «Galicia lo há llorado como suyo y no ha hecho de más, pues le debe la revelación de “saudade”, en cifra el sentido profundo de nuestra intimidad poética»⁶

Teixeira de Pascoaes Vicente Risco (Epistolário). É um trabalho de grande mérito, que será do maior interesse para o público em geral, e é um valioso instrumento de trabalho para os investigadores no âmbito da História da Cultura, História da Ideias, História social das Ideias e História dos Intelectuais.

As cartas são fontes fundamentais para conhecer as relações (culturais, políticas e sociais), a circulação das ideias e de livros, as fragilidades e os desafios do universo editorial, em particular, e do campo cultural, em geral. A leitura destas cartas permitirão ao leitor chegar a várias conclusões, mas certamente o impulsará a aprofundar a reflexão sobre os intelectuais e as ideias do início do século XX. Sendo que nesta obra se revela, num primeiro plano, de forma mais evidente, a importância da cultura portuguesa na Galiza, concretamente o *Saudosismo* de Pascoaes, e a recepção do nacionalismo galego em Pascoaes, assim como o aprofundamento da cultura galega do poeta saudosista, através de Risco.

Apesar das cartas em análise serem informais, e portanto não serem íntimas (como referimos anteriormente), permitem traçar as redes sociais entre os intelectuais da época, assim como aprofundar o conhecimento sobre as relações culturais e as afinidades intelectuais entre Galiza e Portugal⁷. Aliás, a partir da figura de Pascoaes e do grupo que dirigiu até 1917, a *Renascença Portuguesa*, já se realizaram vários estudos, dos quais

⁶Eloísa Alvarez e Isaac Alonso Estraviz, *Os Intelectuais galegos e Teixeira de Pascoaes* (Coruña: Edicions do Castro, 1999) p. 24.

⁷No universo epistolário e das relações entre os intelectuais galegos e portugueses, destaque-se «Santos Júnior e os Intelectuais Galegos. Epistolário», de Isaac Alonso Estraviz, em 2011, publicado na Galiza, pela Fundação Meendinho.

merecem destaque os contributos de: Ramón Piñeiro⁸, Pilar Vazquez Cuesta⁹, José Augusto Seabra¹⁰ de Xosé Ramón Freixeiro Mato¹¹, Eloísa Alvarez e Isaac Alonso Estraviz¹² e Elias J. Torres Feijó¹³.

O livro *Teixeira de Pascoaes Vicente Risco (Epistolário)* é um contributo para os estudos galaico-portugueses e luso-galaicos e pretende aproximar as duas culturas. Surpreendentemente, apesar da proximidade geográfica e do passado histórico comum, Galiza e Portugal têm desenvolvido poucas acções culturais conjuntas.

Eliana Brites Rosa*

⁸ Ramón Piñeiro, “Das Relacións Culturais Galego-Portuguesas”, *Nova Renascença* (N.º 8, [Porto]: Edições Nova Renascença, 1982), 327-330.

⁹ Pilar Vasquez Cuesta, “A Correspondência de Vicente Risco com Teixeira de Pascoaes”, *Grial*, (Tomo 22, n.º 86, 1984), 459.cidade; editora

¹⁰ José Augusto Seabra, “A Geração da «Renascença Portuguesa»” e a Revista «Nós”, *Nova Renascença* (n 27/28, vol. VII, [Porto]: Edições Nova Renascença, 1987) , 306-316; *Idem* , “Apostila: A Renascença Portuguesa e a Galiza”, (n.º 72/73, vol XIX, . [Porto]: Edições Nova Renascença, 1999), 413-415.

¹¹ Xosé Ramón Freixeiro Mato, “Unha visión das relacións culturais galego-portuguesas nos anos vinte a través da correspondência entre Teixeira de Pascoaes e Noriega Varela”, *Boletín Galego de Literatura* (n. 11, 1994), 71-98.

¹² Eloísa Alvarez e Isaac Alonso Estraviz, *Os Intelectuais galegos e Teixeira de Pascoaes* (Coruña: Edicions do Castro, 1999).

¹³ Elias J. Torres Feijó, “O Galeguismo e o Relacionamento Galego- Português nas Revistas da Época no Período d’A Águia”, *A Águia & a República. 100 Anos Depois*, dir, Celeste Natário; Renato Epifânio (Zéfiro: Sintra, 2010), 87-104.

* Doutoranda em História Contemporânea na Universidade de Santiago de Compostela e investigadora no Centro de Estudos do Pensamento Português da Universidade Católica Portuguesa. erosa@porto.ucp.pt

INSTITUTO MACUCO (Org). *Vala Clandestina de Perus: Desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado da História Brasileira*. São Paulo: Ed. do Autor, 2012. (200 páginas, distribuição gratuita, disponível em <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJA21B014BPTBRIE.htm>)

Aberta em 1990, a Vala de Perus, localizada no Cemitério Dom Bosco na cidade de São Paulo, fora objeto de inspeção pública nos anos subsequentes, que buscou investigar a sua criação, utilização e despejo de corpos ilegal e clandestinamente, trazendo aos olhos públicos os crimes da ditadura por primeira vez. A reviravolta dada pelo encontro com 1049 ossadas em um buraco de 2,70 metros colocou o legislativo paulistano no banco dos réus e deu voz aos torturados e torturadores que depuseram sobre os crimes do Estado brasileiro.

O livro aqui resenhado, projeto apresentado à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, em uma chamada pública do Projeto Marcas da Memória, trata desse difícil encontro entre o direito, a história brasileira e (por que não?) a psicologia em seu aspecto analítico das vozes do trauma. Apesar de declarado em sua apresentação como um livro da História da Ditadura ou de seus (maus) feitos, acredito ser este um livro sobre a memória da violação aos direitos humanos cujo objetivo é propagá-la à população. Porque para aqueles que estudam a História do Passado Recente é sempre difícil limitar aquilo que é sua bibliografia histórica daquilo que pode ser considerado documento a ser analisado. E este livro é um livro de relatos de experiências na Comissão Parlamentar de Investigação (CPI) e de seus desenvolvimentos, portanto documento para a História.

“Vala Clandestina de Perus” é uma obra constituída por três apresentações, nove artigos, de autores diferentes envolvidos com a luta pelos direitos humanos e com a CPI-Desaparecidos Políticos, e anexos que trazem fotografias, relatórios da CPI e da Comissão Especial. Seu objetivo, repetido inúmeras vezes ao longo de seus textos, seria promover a reparação de violações de direitos do homem e reconciliar o Estado com o cidadão, reconhecendo a violência acometida naquela época. Assim, é claramente um produto do Estado para a sociedade, mas que fora pressionado por parte dela a promover audiências públicas, histórias orais, fomentos às iniciativas para a memória de seu passado recente e para publicações sobre o período da ditadura e da anistia brasileiras.

Por isso, nele misturam-se três vozes: uma oficial, marcada pelos políticos que gerenciaram as atividades referentes as Comissões de Direitos Humanos e de Anistia do país, uma segunda do Ministério Público e do judiciário brasileiro, que posicionou-se nas questões de abandono dos trabalhos do estado de São Paulo e julgou casos de violência estatal, e outra militante que traz a perspectiva da luta pelos direitos humanos e, principalmente, dos familiares de desaparecidos políticos. Apesar de distintas, são congruentes em relação à constituição da CPI e a importância da identificação dos corpos encontrados naquela vala. Logo, exaltam o trabalho feito em São Paulo como pioneiro e exemplo para os próximos trabalhos a serem feitos neste âmbito.

E a obra veio em um momento chave para o Governo Federal. Celebrou-se “às duras penas” a instituição tardia da Comissão de Verdade brasileira, aprovada em 18 de novembro de 2011. A relação com esta Comissão é abordada em diversos trechos da obra, no entanto, explicitamente colocada no penúltimo artigo do livro, escrito pelo Procurador

Regional Marlon Weichert, que foi testemunho no caso Gomes Lund (Guerrilha do Araguaia) movido e vencido contra a União na Corte Interamericana de Direitos Humanos, e no último artigo, escrito pelo diretor da equipe de antropologia forense peruana (EPAF), José Pablo Baraybar. Neles, admite-se que a Comissão Nacional da Verdade é uma figura nova no contexto brasileiro, apesar de não o ser no latino-americano, e um mecanismo oficial para apuração das violações aos direitos humanos. Estas apurações, segundo ambos os autores, não devem apenas satisfazer a fala da vítima expondo acontecimentos, circunstâncias, causas e consequências da violência, mas também compreender para prevenção. Logo, as Comissões da Verdade, em seus distintos países abordados (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Paraguai) não substituíram os órgãos judiciais de investigação e punição, contudo resultaram em “verdades históricas” – números de vítimas e desaparecidos, qualificação das violações e suas causas, estruturas e locais de violação, responsabilidades institucionais, circunstâncias e autores da violência de Estado, sustentação econômica e operacional para ela, arquivos e destruições destes, locais e identidades de restos mortais, justiça e reparação das vítimas e promoção da memória para não repetição.

E, nesse contexto, conta-se histórias sobre a Vala Clandestina de Perus. O primeiro ponto a ressaltar na obra é a ligação que se faz entre o Cemitério e o aparato repressivo, nas figuras dos agentes policiais e investigativos e seus finalizadores – peritos de medicina legal e agentes funerários. Neste sentido, dois artigos são fundamentais.

O jornalista Luiz Hespanha, em “A primeira comissão da verdade”, trabalhou a ideia de recuperação da história do cemitério para indigentes e analisando-o como extensão lógica do aparato repressivo que vinha se profissionalizando para esconder as torturas e mortes. Segundo o autor, a “descoberta” da vala clandestina, apesar de muitas pessoas já a conhecerem, deslocou os holofotes para a repressão ditatorial. E pressionou uma solução vinda com a instauração da CPI, onde interrogou-se pessoas e acumulou-se provas administrativas/documentos escritos do Departamento de Ordem Política e Social e do Instituto Médico Legal para cruzar informações e obter respostas. O que ressalta o artigo é que nenhum laudo da perícia médica nos corpos identificados como de terroristas foi capaz de contradizer a versão policial, mesmo quando as marcas de tortura eram evidentes.

No artigo das integrantes da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, Maria Amélia Teles e Suzana Lisboa, expõe-se a abertura da vala como um fato político. Um fato político porque foi capaz de agitar a sociedade que resultou não só na CPI, como também na visita a lugares da repressão e cativeiros, na pressão pela abertura dos arquivos policiais e do IML, no reconhecimento, em 1995, de que os desaparecidos políticos eram responsabilidade do Estado e em ações judiciais movidas contra a União.

Contudo, o que este artigo aborda de interessante é a pergunta fundamental posta aos direitos humanos infringidos nas ditaduras do Cone Sul em geral: onde estão os desaparecidos políticos? As autoras respondem a essa questão com o estudo de caso do livro anotando um a um daqueles corpos trasladados do Cemitério Dom Bosco. Os desaparecidos em questão são por elas humanizados, relatando-se suas histórias de vida, suas prisões, possíveis mortes, como desapareceram, suas identificações no cemitério e procedimentos dados aos seus corpos, quando encontrados. Pois, norteadas pelos dizeres

do poeta argentino Juan Gelman, entendem que a função do desaparecido é esconder “quatro atos – o sequestro, a tortura, o assassinato e o desaparecimento”. (p.59)

Gostaria ainda de apontar outro artigo que me pareceu de enorme importância para percebermos o desenrolar das políticas públicas que envolveram a CPI da Vala de Perus. Sob o título “As ossadas de Perus e a atuação do Ministério Público Federal em São Paulo”, a Procuradora Regional Eugênia Gonzaga relatou a experiência revoltante de sua atividade no caso específico da Vala. De forma concisa, a autora expõe o trajeto e as complicações das amostras das ossadas para suas identificações. A descoberta e a solução rápida que logo identificara três desaparecidos políticos. Mas que, posteriormente, foi exposta ao descaso de instituições públicas com o material (universidades – UNICAMP, USP e UFMG – que não cumpriram prazos tampouco armazenaram a cultura física de suas provas, quebrando frascos de sangue de familiares de desaparecidos para DNA ou guardando as ossadas em lugares inundados) e com a má vontade de elementos administradores para aceleração dos trabalhos de identificação, o que seguiu-se com a intervenção do Ministério Público. Isto demonstra que existe uma parte da sociedade brasileira que não está interessada e até pretende esconder esta história.

No entanto, o encontro com tantas vozes faz do livro também o encontro com o embate entre elas. Destoam-se nele alguns temas e conceitos que advêm das próprias formações ideológicas dos autores e experiências tão diversas. A discussão sobre a função dos direitos humanos em punir ou não, a discussão sobre a anistia e o perdão do Estado e, principalmente, a constituição da democracia brasileira que permanece com posturas autoritárias são encontradas neste livro.

Todavia, ele é esclarecedor e instigador para aqueles que se interessam pelos direitos humanos. Para os historiadores, em especial, sua leitura deixa-nos dois caminhos a perseguir.

O primeiro é tratar este livro como um relato de memória das pessoas que participaram ativamente da abertura e dos processos posteriores em relação ao Cemitério Dom Bosco em São Paulo, assim como uma fonte documental de natureza judiciária, quando nos anexos nos traz os relatos da CPI e da Comissão Especial para o caso.

O segundo é perceber que muitas vezes, de maneira natural, os discursos sobre as questões da repressão e quebra dos direitos humanos estão nas vozes dos militantes e dos que “viveram para contar”. A reflexão fundamental é tentar fazer dos discursos de memória, trauma e direito, também história.

Marina Maria de Lira Rocha¹⁴

¹⁴ Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (2011), com dissertação intitulada “Uma onda de lama e sangue ameaça cobrir a República”: Os discursos sobre a violência no governo de Isabelita Perón (junho 1975- março 1976), e doutoranda em História na Universidade do Porto.

